

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,** Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2013, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Fluxo de Caixa, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("TP Sul") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores. **SETOR ELÉTRICO. O Sistema de Transmissão Interligado Nacional.** As primeiras linhas de transmissão foram implantadas pelas concessionárias de distribuição para ligar sua geração própria aos consumidores de sua área de atuação. A partir da década de 50, o Estado interveio constituindo empresas com o propósito de implantar e operar grandes parques de geração. Essas empresas (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) eram responsáveis também pela maioria das extensas linhas de alta tensão que transportavam a energia gerada aos centros de consumo. O restante do sistema interligado era composto por linhas de empresas de distribuição, atuando em suas respectivas áreas de concessão. A partir da criação da Eletrobrás, na década de 60, a expansão da geração e transmissão começa a ser planejada de modo a otimizar o atendimento ao mercado. A rede de transmissão em alta tensão que então se formava, interligando as usinas geradoras (de concessionárias de geração e distribuição) aos mercados consumidores (concessionárias distribuição e grandes consumidores) passa a ser chamada Sistema Interligado. Em 1973 é constituído o GCOI - Grupo Coordenador para Operação Interligada? promovendo mecanismos de cooperação entre as empresas e o uso racional das instalações com baixos custos operacionais. O GCOI foi o embrião do atual ONS. A operação centralizada do Sistema Interligado tem como base a interdependência operativa entre as usinas, a interconexão dos sistemas elétricos e a integração dos recursos de geração e transmissão para o atendimento ao mercado. A interdependência operativa deriva do aproveitamento conjunto dos recursos hidrelétricos, através da construção e da operação de usinas e reservatórios localizados em sequência em várias bacias hidrográficas. Até meados da década de 90 o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte. A maior parcela da região Norte permanecia isolada. A geração em cada um desses subsistemas é majoritariamente hidráulica. Embora a estação chuvosa seja a mesma em quase todo o país (dezembro a abril), há diferenças na intensidade das precipitações: na região Norte, as chuvas são mais intensas e homogêneas ao longo do ano; já no Nordeste os meses secos podem ser muito rigorosos. Tal fato motivou os projetos de interligação Norte-Sul e Norte-Nordeste localizados nos últimos anos que permitiu a transferência de energia dos sistemas hídricos das regiões Norte (bacia do Tocantins) e Sul (principalmente Itaipu) para as regiões Sudeste e Nordeste. A partir da década de 90, o Governo passa a patrocinar a mudança do modelo energético.

Sob o novo modelo, tem-se a criação dos negócios Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação). A maioria das empresas de distribuição é privatizada. Novas licitações são feitas para exploração de usinas geradoras e construção e operação de novas linhas de transmissão. A implantação do novo modelo do sistema elétrico impacta a rede de transmissão e seus operadores de forma especial. Passa a ser considerada como concessionária de transmissão a empresa responsável pela operação de linhas pertencentes à Rede Básica. Essas empresas têm remuneração própria, ao longo do período de concessão, independente da carga transportada e vinculada ao investimento na implantação e à disponibilidade das linhas. Pretende-se com o novo modelo facilitar a entrada de novos players no negócio Transmissão, aumentando a concorrência e a especialização. Através desses novos investimentos espera-se ampliar a capilaridade da rede de transmissão, com melhoria na confiabilidade e flexibilidade operativas. **O Segmento da Transmissão.** Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a desajustes de mais de 50%. Após a entrada do governo Lula, modificações foram feitas no modelo de licitação de novas linhas, as principais sendo a transferência, para o Ministério de Minas e Energia, do gerenciamento das licitações e a permissão de que as concessionárias federais concorram aos leilões, desde que associadas e com participação minoritária. De modo geral, entretanto, essas modificações foram pequenas, não alterando a essência do modelo. O ONS tem cumprido dois papéis: o de coordenar a operação da Rede Básica e gerenciar o acesso de novos usuários, e o papel de nortear a expansão da Rede Básica no horizonte de 3 anos, indicando a transmissão necessária em cada região e os limites interregionais. O planejamento em horizonte superior a 3 anos, indicando as soluções estruturais para o sistema de transmissão, é de responsabilidade da EPE. Sendo a geração majoritariamente hidroelétrica, as novas linhas têm tido a função de integrar as bacias, transferindo grandes blocos de energia para regiões com escassez de chuva. A transmissão funciona assim como uma usina virtual, lançando mão da diversidade dos regimes de chuvas e vazões dos rios das principais bacias hidrográficas. Dados do ONS indicam que, desde 1998, a taxa de crescimento da rede evoluiu de 0,8% para 3% ao ano e os limites de transferência entre Itaipu/Região Sul para a Região Sudeste triplicaram, enquanto os das Regiões Norte/Sudeste para a Região Nordeste mais do que quadruplicaram. **A Guaraciaba.** A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("GTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14/03/2012 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara,

ra, 160 - 7º andar, sala 702, Centro - Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico-SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Guaraciaba que foi vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09/03/2012. O contrato de concessão com a ANEEL foi assinado no dia 10.05.2012 com o prazo de 32 meses para entrada em operação. O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araruama C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. Futuramente, outras usinas serão conectadas a esse tronco. Em 31/12/2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 78.050.414, dividido em 78.050.414 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração de Energia S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

Acionistas	%
State Grid Brazil Holding S.A.	51%
Copel Geração de Energia S.A.	49%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

O Objeto de nossa Sociedade é a prestação de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. **EXERCÍCIO 2013.** Em 2013 a Guaraciaba encontra-se em fase de construção. **Agradecimentos.** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 27/03/2013.

### A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL			
EM 31/12/2013 E DE 2012 (Em reais)			
	Nota	2013	2012
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	124.483.972	10.981.429
Impostos a recuperar		144.635	17.831
Adiantamentos	6	465.615	368.033
Despesas pagas antecipadamente	8	1.334.852	-
Outros créditos	9	810.105	-
Total do ativo circulante		127.239.179	11.367.293
<b>Não Circulante</b>			
Contas a receber ativo financeiro	7	197.448.430	3.552.017
Imobilizado		84.375	60.594
Total do ativo não circulante		197.532.805	3.612.611
<b>Total do Ativo</b>		<b>324.771.984</b>	<b>14.979.904</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	51.196	516.319
Retenções contratuais	14	108.926	72.662
Salários e encargos	11	264.097	91.791
Impostos e contribuições sociais	12	429.122	88.335
Empréstimos - debêntures	15	241.553.469	-
Dividendos	16	367.220	-
Outros passivos circulantes		392.171	510
Total do passivo circulante		243.166.201	769.617
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição diferidos	13	2.361.097	-
Total do passivo não circulante		2.361.097	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	16		
Capital social		78.050.414	14.501.000
Prejuízo acumulado		-	(290.713)
Reserva Legal		92.610	-
Lucros retidos		1.101.662	-
Total do patrimônio líquido		79.244.686	14.210.287
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>324.771.984</b>	<b>14.979.904</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2013 E PERÍODO DE 14/03				
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31/12/2012 (Em reais)				
	Nota	2013	2012	
<b>Receita Operacional Bruta</b>				
Receita de Construção	17	186.882.514	3.552.018	
Custo de Construção	18	(186.882.514)	(3.483.894)	
<b>Receita Operacional Líquida</b>				
<b>Despesas Operacionais</b>				
Pessoal	19	(1.639.069)	(255.225)	
Materiais		(2.602)	(16.903)	
Serviços de Terceiros	20	(800.164)	(121.297)	
Tributos	21	(843.830)	(2.267)	
Arrendamentos e Aluguéis		(99.987)	(43.187)	
Despesas Administrativas		(11.616)	(95.982)	
Outros/Recuperação de Despesas		38.832	-	
Total		(3.358.436)	(534.861)	
Lucro Bruto		(3.358.436)	(466.737)	
Receitas Financeiras	22	7.711.095	178.637	
Despesas Financeiras	22	(28.729)	(2.613)	
Total	22	7.682.366	176.024	
Lucro Antes do Imposto de Renda e da				
Contribuição Social		4.323.930	(290.713)	
Imposto de Renda		(1.729.475)	-	
Contribuição Social		(742.250)	-	
Total		(2.471.725)	-	
Lucro Líquido do Exercício		1.852.205	(290.713)	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2013 E PERÍODO DE 14/03				
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31/12/2012 (Em reais)				
	2013	2012		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	1.852.205	(290.713)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total de outros resultados abrangentes do exercício	1.852.205	(290.713)		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2013 E PERÍODO DE 14/03				
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31/12/2012 (Em reais)				
	2013	2012		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Lucro/Prejuízo do exercício	1.852.205	(290.713)		
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa				
Imposto de renda diferido	2.361.097	-		
<b>Variações no Capital Circulante</b>				
Aumento de adiantamentos	(520.899)	(368.033)		
Aumento de adiantamento a fornecedores	(465.123)	(386.787)		
Aumento de impostos a compensar	(995.965)	(17.831)		
Impostos compensados	869.161	-		
Aumento (Redução) de fornecedores	(465.123)	516.319		
Aumento de obrigações fiscais	509.544	88.335		
Retenções Contratuais	36.263	72.662		
Salários e encargos	3.549	91.791		
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>3.263.046</b>	<b>92.530</b>		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Acréscimo de ativo imobilizado	(23.782)	(60.594)		
Ativo financeiro indenizável	(186.818.168)	(3.552.017)		
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>(186.841.950)</b>	<b>(3.612.611)</b>		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento com Terceiros</b>				
Aumento de despesas pagas antecipadamente	(2.236.354)	-		
Amortização de despesas pagas antecipadamente	901.502	-		
Emissão de Debêntures	234.475.225	-		
Partes relacionadas	391.661	510		
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamento com Terceiros</b>	<b>233.532.034</b>	<b>510</b>		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento com Acionistas</b>				
<b>Integralização de Capital</b>	<b>63.549.414</b>	<b>14.501.000</b>		
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamento com Acionistas</b>	<b>63.549.414</b>	<b>14.501.000</b>		
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>297.081.448</b>	<b>10.981.429</b>		
<b>Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>113.502.543</b>	<b>10.981.429</b>		
<b>Início do Exercício</b>	<b>10.981.429</b>	<b>-</b>		
<b>Final do Exercício</b>	<b>124.483.972</b>	<b>10.981.429</b>		
<b>Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>113.502.543</b>	<b>10.981.429</b>		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
31/12/2013 E PERÍODO DE 14/03 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31/12/2012 (Em reais)				
	Capital social	Reserva Legal	Lucros retidos	Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 14/03/2012</b>	1.000	-	-	1.000
Integralização de capital com emissão de 4.500.000 ações em 18/05/2012	4.500.000	-	-	4.500.000
Integralização de capital com emissão de 10.000.000 ações em 08/10/2012	10.000.000	-	-	10.000.000
Prejuízo do período	-	-	-	(290.713)
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>14.501.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(290.713)</b>
Integralização do Capital com AFAC em 16/09/2013	63.549.414	-	-	63.549.414
Lucro do exercício	-	-	1.852.205	1.852.205
Constituição de reserva legal	-	92.610	(92.610)	-
Lucros retidos	-	-	1.101.662	(1.101.662)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(367.220)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>78.050.414</b>	<b>92.610</b>	<b>1.101.662</b>	<b>79.244.686</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
31/12/2013 E PERÍODO DE 14/03 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31/12/2012 (Em reais)				
	Capital social	Reserva Legal	Lucros retidos	Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 14/03/2012</b>	1.000	-	-	1.000
Integralização de capital com emissão de 4.500.000 ações em 18/05/2012	4.500.000	-	-	4.500.000
Integralização de capital com emissão de 10.000.000 ações em 08/10/2012	10.000.000	-	-	10.000.000
Prejuízo do período	-	-	-	(290.713)
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>14.501.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(290.713)</b>
Integralização do Capital com AFAC em 16/09/2013	63.549.414	-	-	63.549.414
Lucro do exercício	-	-	1.852.205	1.852.205
Constituição de reserva legal	-	92.610	(92.610)	-
Lucros retidos	-	-	1.101.662	(1.101.662)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(367.220)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>78.050.414</b>	<b>92.610</b>	<b>1.101.662</b>	<b>79.244.686</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em reais)

**1. Informações gerais.** A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("GTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 15º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico-SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão.** A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012. O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araruama C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. Futuramente, outras usinas serão conectadas a esse tronco. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste. **1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.** A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013. **2. Resumo das principais práticas contábeis.** As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 27 de março de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia está em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **2.1. Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **2.2. Receita operacional.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. a) **Receita de construção.** A interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. b) **Receita financeira de concessão.** A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). **2.2.2. Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos

futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.3. Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. a) **Ativos financeiros.** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. b) **Passivos financeiros.** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e demais contas a pagar e retenções contratuais. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. c) **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "trepassar"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. c) **Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros.** Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é

constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.11. Compromissos com o meio ambiente.** Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado. **2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa.** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, correlato às Normas Internacionais de Contabilidade IAS 7 (IASB). As informações dos fluxos de caixa proporcionam aos usuários dessa informação uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Verificamos a exatidão das avaliações feitas no passado, dos fluxos de caixa futuros, assim como examinamos a relação entre a lucratividade e os fluxos de caixa líquidos e o impacto de variações de preços. A demonstração dos fluxos de caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional para diversas entidades porque reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações eventos. **3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.** Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para a empresa: CPC 18 (R2)/IAS 28 - "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", a alteração tempor objetiva principalmente quanto a eliminação da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto, que passam a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. **CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.** A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente. CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. **CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros.** Evidenciação: essa alteração incluiu novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos. CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço. **CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo.** Tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação. Várias outras alterações se aplicam pela primeira vez em 2013. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras da empresa. **4. Pronunciamentos Contábeis que não entram em vigor no exercício de 2013.** As seguintes novas normas e interpretações de normas divulgadas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A empresa pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis. **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.** Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da empresa, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em / ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. A empresa avaliará o impacto total do IFRS 9 conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida. **IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (Revisão da IAS 32).** Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A empresa não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras. **IFRIC 21 - Tributos.** A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. O passivo somente deve ser reconhecido quando o evento que gera a obrigação ocorrer. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014. A empresa não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras. O CPC 23.30 requer divulgação dos pronunciamentos que já foram emitidos, mas que não entraram em vigor no encerramento do exercício de 2013. Essas divulgações são requeridas para fornecer informações sobre estimativas ou impactos conhecidos sobre a aplicação de novos pronunciamentos nas demonstrações financeiras. No entanto, a empresa listou somente os pronunciamentos que podem afetar a posição patrimonial e financeira, de desempenho ou divulgação da entidade. **Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27).** As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não se qualifica como entidade de investimento. **IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39.** Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. **5. Caixa e equivalentes de caixa.** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, são basicamente, referentes a saldos em contas correntes bancárias para utilização nos primeiros dias do exercício.

	2013	2012
Bancos conta movimento	5.972.335	4.774
Fundo de caixa	-	5.996
Aplicações financeiras - CDB Banco Santander	113.599.337	-
Aplicações financeiras - CDB Banco HSBC	2.874.000	10.970.659
Rendas a receber	2.038.300	-
Total	124.483.972	10.981.429

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI do banco HSBC e à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI do banco Santander. As receitas referentes aos saldos que ainda não foram resgatados, no valor de R\$ 2.038.300, estão classificadas como rendas a receber.

	2013	2012
Adiantamento a funcionários	78.827	2.082
Adiantamento a fornecedores	386.788	365.951
Total	465.615	368.033

Os adiantamentos a funcionários são relativos às necessidades de viagens e as prestações de contas são efetuadas em um período não superior a 20 (vinte) dias. Os adiantamentos a fornecedores representam o repasse feito através de contratos para fornecedor responsável pelo planejamento, gerenciamento e supervisão do projeto. O valor será compensado com as medições a serem apresentadas pelo fornecedor e aprovadas pela Companhia. **7. Contas a receber - ativo financeiro indenizável.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente. (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder conce-

dente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O montante total a receber acumulado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 197.448.430 (R\$3.552.017 em 31 de dezembro de 2012), classificados no ativo circulante e está composto conforme segue:

Ativo Financeiro Indenizável	2013	2012
Indenizações de servidão	5.134.293	-
Encargos sobre empréstimo	3.019.324	3.016
Pessoal e encargos operacionais	821.226	262.525
Tributos	2.231.207	70.252
Serviços de terceiros	7.444.965	1.111.033
Estudos e projetos	3.676.019	1.668.173
Seguros	362.325	362.325
Arrendamentos e aluguéis	1.140.523	-
Adiantamento a fornecedores	100.181.914	-
Remuneração dos ativos de concessão	7.013.898	68.124
Estruturas metálicas	27.100.917	-
Depósito Judicial	1.086.348	-
Obras de engenharia	2.457.051	-
Cabos e condutores	35.684.088	-
Outros	94.332	6.569
Total	197.448.430	3.552.017

**8. Despesas pagas antecipadamente.** Os valores registrados como despesas pagas antecipadamente referem-se aos custos incorridos e necessários para a efetivação de financiamentos, Debêntures. A amortização destes valores com o reconhecimento no resultado do exercício, esta sendo efetuada mensalmente considerando o período de vencimento do financiamento. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo é de R\$1.334.852. **9. Outros créditos.** O saldo de outros créditos no valor de R\$ 810.105, refere-se a pagamentos de despesas efetuados durante a operação e que serão compensados em prazo inferior a 30, no mês de janeiro de 2014, com créditos de fornecedores e pessoal ligado. **10. Fornecedores.** O saldo da conta de fornecedores, em 31 de dezembro, está composto como se segue:

	2013	2012
Biodinâmica Engenharia	-	366.014
Engenfo Engenharia	-	53.567
Aeroimagem Engenharia	-	53.567
Motvs Rio Software	33.647	-
Meta Regularizações	683	-
Outros	16.866	43.171
Total	51.196	516.319

**11. Salários e encargos.** Os saldos de salários e encargos estão compostos como se segue:

	2013	2012
Salários a pagar	-	1.244
FGTS a recolher	7.994	7.045
INSS a recolher	75.832	37.121
Imposto de renda retido na fonte a recolher	84.649	18.552
Provisão de férias e encargos	95.341	27.393
Outros	281	(437)
Total	264.097	91.791

As contribuições sociais e o s impostos retidos dos funcionários são recolhidos no mês subsequente, de acordo com o calendário fiscal. Os valores a recolher referentes a INSS representam a contribuição a ser recolhida para o Instituto Nacional de Seguridade Social, a parte descontada dos funcionários e a parte da empresa.

	2013	2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	132.584	33.424
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL Retida na Fonte	32.510	-
Lei 10.833/2003 - Pis/Cofins/CSLL Retidos na Fonte	32.364	42.221
Imposto sobre serviços - ISS	102.679	12.690
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.105	-
Contribuição social sobre o Lucro	126.880	-
Total	429.122	88.335

O saldo de imposto de renda retido na fonte - IRRF e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL Retida na fonte, compreendem os valores retidos sobre o pagamento efetuado a fornecedores, em consonância com a legislação em vigor, e que são recolhidos no mês subsequente. O saldo de imposto sobre serviços representam as retenções de fornecedores prestadores de serviços, que são efetuadas com base na data efetiva do serviço e o recolhimento é feito para cada prefeitura onde o serviço for efetuado, de acordo com a legislação municipal e com a Lei complementar 116/2003. Os valores apresentados na rubrica, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, referem-se a retenção na fonte do INSS sobre a mão de obra utilizada pelos fornecedores, na prestação dos serviços conforme IN RFB 971/2009 e alterações posteriores. O saldo apresentado na rubrica Contribuição Social Sobre o Lucro corresponde, ao valor corrente, apurado sobre o resultado do exercício (Nota 10). **13. Impostos diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar (Nota 12). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	2013	2012
Imposto de Renda Diferido	1.729.475	-
Contribuição Social Diferida	631.622	-
Total	2.361.097	-

O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos referem-se ao resultado positivo dos juros calculados sobre o ativo financeiro indenizável.

	2013	2012
<b>Demonstração do imposto de renda e contribuição social</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>		
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>		
Relativo a constituição de diferenças temporárias	2.471.725	-
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações de resultado</b>	2.471.725	-
Conciliação entre despesas tributárias e o resultado da multiplicação dolucro contábil pela alíquota fiscal	-	-
Total	2.471.725	-

	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	4.323.930	(290.713)
Receita de renda sobre ativo financeiro	(7.013.899)	-
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(2.689.969)	(290.713)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>		
Referentes rendas sobre ativo financeiro	(2.384.726)	-
Alíquota fiscal (34%)	(86.999)	-
Ajuste de complemento de alíquota	(2.471.725)	-
imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.471.725)	-
<b>14. Retenções contratuais.</b> O valor de R\$108.926 refere-se a retenção contratual de fornecedores, conforme abaixo, e será restituído quando da conclusão do serviço contratado. As retenções são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em contratos e não tem previsão de alteração por encargos.		
Total	2013	2012

	2013	2012
Ecarl Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações	34.485	8.613
Biodinâmica Eng. Meio Ambiente	191	31.399
Avalincon Engenharia	61.925	22.500
Antropica Consult. Cie	12.325	10.150
Total	108.926	72.662

**15. Debêntures.** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2013 ("AGE"), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie quirográfrica e não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em série única da Companhia, que foi composta de 400 (quatrocentos) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada ("valor nominal unitário"), em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("ICVM 476"), perfazendo o total de R\$400.000.000 (quatrocentos milhões de reais), dos quais foram captados em 2013 o valor de R\$ 234.684.030 nas seguintes datas, conforme descrito abaixo. Data da emissão: 20/06/2013. Vencimento: 20/12/2014. Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP. Remuneração: 100% da taxa média diária. "Taxa Di over extra grupo". Pro rata temporis por dias úteis. Ano base: 252 dias úteis. Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia. Garantias: Fidejussória. Interventente garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A.. Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A.. Em 03 de julho de 2013 foram subscritas 50 debêntures por investidores diversos, conforme contrato de colocação e distribuição pública sob o regime de garantia firme, não conversíveis em ações, no valor de R\$50.144.572. Em 01 de outubro de 2013 foram subscritas 180 debêntures por investidores diversos, conforme contrato de colocação e distribuição pública sob o regime de garantia firme, não conversíveis em ações, no valor de R\$184.539.458. O saldo histórico das emissões até 31 de dezembro de 2013 foi de - R\$ 234.684.030 e o valor atualizado no encerramento do exercício de 2013 é de R\$241.553.469. **16. Patrimônio líquido.** a) **Capital social.** Em 16 de setembro de 2013, através da reunião do conselho de administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 63.549.414, com a emissão de

63.549.414 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social, de R\$ 14.501.000, para R\$78.050.414. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$78.050.414, dividido em 78.050.414 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Capital Social
State Grid Brazil Holding S.A.	R\$ 39.805.711
COPEL Geração e Transmissão S.A.	R\$ 38.244.703
Total	R\$ 78.050.414

b) **Reserva legal.** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) **Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Lucro líquido do exercício 1.852.205 Reserva legal (5%) (92.610) Prejuízo acumulado (290.713) Base para cálculo do dividendo mínimo 1.468.882 Dividendo mínimo obrigatório 367.220

d) **Lucro por ação.** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas	1.852.205	(290.713)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	78.050.414	14.501.000
Lucro / Prejuízo básico e diluído por 1000 ações	23.7309	(20,0478)

**17. Receita de construção.** Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. O saldo da receita de construção esta composto conforme segue abaixo:

	2013	2012
Indenizações de servidão	5.134.293	-
Encargos sobre empréstimo	3.016.308	3.016
Pessoal e encargos operacionais	558.701	262.525
Tributos	2.160.955	70.252
Serviços de terceiros	8.341.778	1.111.033
Estudos e projetos	-	1.668.173
Seguros	-	362.325
Arrendamentos e aluguéis	1.140.523	-
Adiantamento a fornecedores	100.181.914	-
Estruturas metálicas	27.100.917	-
Depósito Judicial	1.086.348	-
Obras de engenharia	2.457.051	-
Cabos e condutores	35.684.088	-
Outros	19.638	74.694
Total	186.882.514	3.552.018

**18. Custos de construção.** Referem-se aos custos incorridos para a construção e implantação das linhas de transmissão, sendo os principais como se segue:

	2013	2012
Indenizações de servidão	(5.134.293)	-
Encargos sobre empréstimo	(3.016.308)	(3.016)
Pessoal e encargos operacionais	(558.701)	(262.525)
Tributos	(2.160.955)	(70.252)
Serviços de terceiros	(8.341.778)	(1.111.033)
Estudos e projetos	-	(1.668.173)
Seguros	-	(362.325)
Arrendamentos e aluguéis	(1.140.523)	-
Adiantamento a fornecedores	(100.181.914)	-
Estruturas metálicas	(27.100.917)	-
Depósito Judicial	(1.086.348)	-
Obras de engenharia	(2.457.051)	-
Cabos e condutores	(35.684.088)	-
Outros	(19.638)	(6.570)
Total	(186.882.514)	(3.483.894)

**19. Pessoal.** Referem-se às despesas incorridas com a folha de pagamento do pessoal administrativo, como se segue:

	2013	2012
Empregados	(535.045)	(97.032)
Conselheiros e diretores	(522.848)	(52.000)
Provisão de 13º salário e férias	(58.877)	(20.183)
INSS sobre folha de pagamento	(193.366)	(36.439)
FGTS sobre folha de pagamento	(55.945)	(11.425)
Encargos sociais sobre 13º salário e férias	(40.136)	(8.033)
Assistência médica	(46.653)	-
Alimentação	(88.687)	(26.8



serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. c) Riscos cambiais. Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. d) Riscos de crédito. O risco surge da possibilidade de virem a incorrer perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as empresas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. e) Riscos de liquidez. O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a empresa não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a an-

tecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A empresa pode adotar, como Política Financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver. f) Riscos de operações com derivativos. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Caso a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting). A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos". Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais - têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo. Operação com derivativo para troca de taxa de juros - con-

siste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo. **23.3. Avaliação dos instrumentos financeiros**. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **24. Cobertura de seguros** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

**Zhang Xin** - Diretor Presidente  
**Francisco Roberto Höpker** - Diretor  
**Ronaldo Borges Andrade** - Contador - CRC 051.927/O-8